

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A UNIVERSIDADE COMO UM TERRITÓRIO DE VIDA

Marlize Rubin-Oliveira, Pamela Cichoski

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12361>

Submetido em: 2025-06-23

Postado em: 2025-06-30 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

## INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A UNIVERSIDADE COMO UM TERRITÓRIO DE VIDA

MARLIZE RUBIN-OLIVEIRA<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3234-7562>

marlize.rubin@gmail.com

PAMELA CICHOSKI<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5890-4518>

pamelatraducao@gmail.com

<sup>1</sup> Professora Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco (PR), Brasil.

<sup>2</sup> Doutora pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco (PR), Brasil.

**RESUMO:** A internacionalização da Educação Superior centrada em *rankings* e índices de avaliações externas contribuíram com a ideia de desterritorialização da universidade, encobrindo e invisibilizando saberes locais. O objetivo deste artigo é refletir sobre a internacionalização da Educação Superior a partir da perspectiva que compreende a universidade como um território de vida e, assim a internacionalização como um instrumento de coprodução de saberes invisibilizados. Para tanto, a perspectiva decolonial oferece as bases teórico-metodológicas às reflexões. O caminho percorrido discute inicialmente a gênese da universidade com o objetivo de compreender como a internacionalização contribui com a ideia de desterritorialização da universidade. A segunda seção explora a compreensão da universidade como um território de vida e auxilia na percepção de que a internacionalização pode ser um instrumento de coprodução e inclusão de saberes que habitam fronteiras ontológicas e epistemológicas, frequentemente invisibilizados e negados por uma internacionalização voltada à padronização e homogeneização da produção de conhecimentos. Nesse sentido, a internacionalização pode ampliar epistemes e inserir possibilidades concretas de diálogo de saberes e coprodução de conhecimentos.

**Palavras-chave:** Internacionalização, Coprodução, Decolonialidade.

### INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION: THE UNIVERSITY AS A TERRITORY OF LIFE

**ABSTRACT:** The internationalization of Higher Education, centered on rankings and external evaluation indices, has contributed to the idea of the deterritorialization of the university, obscuring and rendering local knowledge invisible. The aim of this article is to reflect on the internationalization of Higher Education from the perspective that understands the university as a territory of life, and thus internationalization as an instrument for the co-production of marginalized knowledge. To this end, the decolonial perspective provides the theoretical and methodological foundations for the reflections. The path taken initially discusses the genesis of the university with the aim of understanding how internationalization contributes to the idea of the university's deterritorialization. The second section explores the understanding of the university as a territory of life and helps to perceive that internationalization can be an instrument for the co-production and inclusion of knowledge that inhabits ontological and epistemological borders, frequently rendered invisible and denied by an internationalization focused on the standardization and homogenization of knowledge production. In this sense, internationalization can broaden epistemes and introduce concrete possibilities for dialogue among knowledges and the co-production of knowledge.

**Keywords:** Internationalization, Co-production, Decoloniality.

## INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR: LA UNIVERSIDAD COMO TERRITORIO DE VIDA

**RESUMEN:** La internacionalización de la Educación Superior, centrada en los rankings y los índices de evaluación externa, ha contribuido a la idea de la desterritorialización de la universidad, encubriendo e invisibilizando saberes locales. El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la internacionalización de la Educación Superior desde la perspectiva que comprende la universidad como un territorio de vida y, así, la internacionalización como un instrumento de coproducción de saberes invisibilizados. Para ello, la perspectiva decolonial ofrece las bases teórico-metodológicas para las reflexiones. El camino recorrido discute inicialmente la génesis de la universidad con el objetivo de comprender cómo la internacionalización contribuye a la idea de desterritorialización de la universidad. La segunda sección explora la comprensión de la universidad como un territorio de vida y ayuda a percibir que la internacionalización puede ser un instrumento de coproducción e inclusión de saberes que habitan en las fronteras ontológicas y epistemológicas, frecuentemente invisibilizados y negados por una internacionalización orientada a la estandarización y homogeneización de la producción de conocimientos. En este sentido, la internacionalización puede ampliar epistemas e introducir posibilidades concretas de diálogo de saberes y coproducción de conocimientos.

**Palabras clave:** Internacionalización, Coproducción, Descolonialidad.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, a internacionalização da Educação Superior (ES) tem ganhado destaque como tema de pesquisa, impulsionada por transformações que influenciam diretamente as políticas e práticas na universidade. Entre os principais fatores que moldaram esse cenário estão a globalização econômica, o Processo de Bolonha, os *rankings* internacionais e a disseminação do conceito de *World Class University* (WCU). Esses elementos se articulam com um contexto mais amplo de reconfiguração do papel do Estado, mudanças climáticas, tensões geopolíticas e inovações tecnológicas.

Como tema emergente, a internacionalização mobiliza reflexões e ações em diversas frentes. Brandenburg e De Wit (2011) publicaram a nota “O fim da internacionalização”, na qual alertam que o conceito deixou de ser marginal e passou ao centro do debate institucional. Embora o título fosse provocativo, seu intuito era convocar à reflexão crítica. Knight (2014) escreveu sobre sua preocupação de que a internacionalização estivesse perdendo o rumo dos valores de cooperação, parceria, intercâmbio, benefícios mútuos e capacitação, para a competição, comercialização, interesse próprio e construção de *status*.

Altbach e De Wit (2018) retornaram o debate, ao proporem um balanço dos últimos 25 anos (1990–2015) em relação às características do pensamento e da ação da internacionalização, chamando a atenção às práticas que podem estar terminando ou, pelo menos, estarem no fim da vida. Durante a pandemia da COVID-19, novas reflexões surgiram e alguns autores/as (Leask e Green, 2020; Altbach; De Wit, 2020; Rubin-Oliveira e Dalla Costa, 2022), destacaram a modalidade *at home*, que ganhou força como alternativa à mobilidade física. Diante do cenário complexo que envolve o tema, e dos movimentos geopolíticos atuais que geram tensão e preocupação às universidades, a internacionalização da ES muitas vezes se torna instrumento de classificação e exclusão.

Assim, inserido neste campo de investigação este artigo tem como objetivo refletir sobre a internacionalização da Educação Superior no contexto da universidade como um território de vida, e nesse lugar a internacionalização como instrumento de coprodução de saberes invisibilizados. As reflexões têm como base epistêmica a perspectiva decolonial, que questiona o paradigma moderno da ciência, ressaltando que a modernidade se consolidou a partir da colonialidade. Nesse processo, os saberes, epistemes, ancestralidades e afetos, dos lugares colonizados, considerados primitivos, foram encobertos e/ou negados em nome de uma pretensa ciência universal, que nos levaria ao domínio da natureza e ao desenvolvimento com base na ideia de progresso linear e contínuo.

Stein (2019) a partir de uma análise do atual estado da arte dos estudos sobre internacionalização da ES, trouxe ao debate outro ponto de reflexão. A autora afirma que esta é uma área com abordagens despolitizadas e conclui que, apesar do crescente interesse pelas abordagens críticas, existe o risco de que as críticas resultem mais do mesmo se não puderem atender a complexidades, incertezas e cumplicidades envolvidas na transformação da internacionalização. A autora identifica na perspectiva decolonial uma possibilidade concreta de mudança em que a ênfase não está em alcançar mudança específica em política ou prática, mas em uma forma de internacionalização que possa nos preparar para renunciar ao nosso senso de superioridade e separação, e afirmar nossa interdependência radical e responsabilidade mútua e com a própria Terra. Para Stein (2019) essa perspectiva de mudança está apenas emergindo e, embora haja indubitavelmente exemplos, elas geralmente são atividades que acontecem nas 'rachaduras' de instituições ou programas existentes e, portanto, não são facilmente visíveis ou até mesmo reconhecidas.

A estrutura do artigo compreende duas seções: a primeira apresenta a gênese da universidade e a evolução do conceito de internacionalização; a segunda discute a universidade como um território de vida e a internacionalização como instrumento de coprodução e inclusão.

## **DA GÊNESE DA UNIVERSIDADE À INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

A universidade carrega, em sua constituição, a produção de conhecimento, para além de fronteiras estabelecidas. Como uma instituição milenar, surgiu em um contexto em que as delimitações entre áreas do saber e territórios geográficos não estavam definidas, principalmente se compararmos as fronteiras que conhecemos hoje. A universidade medieval (ocidental) atravessou séculos, em que era permitido, dentro de suas dependências, uma certa 'liberdade' de pensamento e ideologias a partir das artes, medicina, direito e teologia. No entanto, é necessário destacar que para as mulheres, este era um lugar vedado. Além disso, as aulas ministradas em latim e a predominância de obras escritas nesse idioma restringiam o acesso a uma elite intelectual.

Essa realidade, da universidade medieval, se transforma a partir daquilo que se conhece como era moderna. A chamada modernidade só foi possível e se consolidou (Dussel, 1993; Quijano, 2015; Mignolo, 2017) com o processo de colonização do continente Americano a partir de 1492. O projeto moderno de produção de ciência, a partir desse período, se transforma em um projeto de dominação, agora não apenas da natureza, mas de corpos, saberes, epistemes. O chamado epistemicídio dizimou não apenas corpos, mas cosmologias classificadas como não humanas.

A partir da modernidade, o conhecimento passou a integrar, pela primeira vez, os modos de produção a partir da perspectiva extrativista de dominação e, dessa forma, não apenas influenciou como foi determinante à Revolução Industrial. A ciência produzida no seio das universidades, se expandiu, ultrapassou os muros da universidade, para se tornar um meio de produção e um dos principais pilares

da modernidade, bem como do Estado Moderno e dos Estados Nação. Essa nova dimensão do conhecimento trouxe à universidade um lugar de poder. E ela se consolidou a partir de um modelo de ciência alicerçada em métodos das ciências naturais e exatas de dominação da natureza, dicotômica, patriarcal e racista. A construção do Estado Moderno e do modelo capitalista dos modos de produção teve na universidade um de seus pilares. E esse processo de relação entre ciência e capital, nos acompanha até nossos dias. Hoje de forma ainda mais sofisticada as novas tecnologias inserem outros desafios à universidade e o domínio e disseminação da (des) informação é uma problemática que afeta a todos.

O modelo científico que se pretendeu universal e universalizante, impôs a ideia de verdade única, desprezando, apagando, encobrindo, tudo o que é diverso e distinto ao paradigma moderno. Saberes e cosmologias produzidos localmente, por corpos distintos e diversos, não são reconhecidos como ciência. E, conseqüentemente aquilo que conhecemos como saberes locais - produzidos em territórios como lugar de vida, a partir de características, conhecimentos, culturas na relação sujeitos/natureza/cosmologias/afetos - foi/é silenciado/encoberto/apropriado. As relações estabelecidas com saberes locais foram/são a partir de modelos extrativistas de dominação - pilhagem e genocídio epistêmico.

Aqui encontramos uma das grandes contradições do próprio modelo pretensamente universal. A universalização é por si só limitada ao provincianismos do modelo norte/euro/centrado. Para Mignolo (2017) os conceitos de modernidade e pós-modernidade, de rupturas epistêmicas e de mudanças paradigmáticas, é da Europa e sua história interna. Estes conceitos não são universais; nem sequer são globais. São regionais e, como tais, têm o mesmo valor de qualquer outra configuração e transformação regional do conhecimento. A única diferença é que as histórias locais dos conceitos europeus se converteram em projetos globais.

Nesse processo de consolidação da Europa como projeto global, a universidade se transforma no lugar privilegiado de produção de ciência e educação formal/universal, bem como em lugar de construção e consolidação de metodologias extrativistas de dominação. Houve, também, a intensificação da mobilidade acadêmica: estudantes e professores, sobretudo dos países colonizados, buscavam formação na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos. Em contrapartida, profissionais desses países atuavam na criação de instituições de ensino nos territórios colonizados, na sua maioria replicando os modelos universitários napoleônicos e humboldtianos.

Nessa mesma direção, Castro-Gomes (2007) ao se referir a racionalidade dominante no contexto universitário, afirma que esta se configura com base em uma estrutura racista e sexista, na qual passamos a idealizar uma racionalidade de homens brancos, especificamente de cinco países ocidentais (Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Espanha). A crítica reside na forma como historicamente as universidades ocidentalizadas se construíram e consolidaram, pressupostos de universalização do modelo único de ciência centrada no universalismo, desprezando e encobrindo saberes outros.

Ao refletirmos sobre a gênese da universidade compreendemos a internacionalização da Educação Superior, não como um conceito abstrato que surgiu na chamada globalização do capital, mas como um conceito intrínseco e visceral à universidade e, dessa forma, também responsável pela construção dos territórios que habita. No entanto, o termo internacionalização da Educação Superior como é utilizado hoje, passou a integrar o debate com mais força, a partir dos anos 1980/1990. A Declaração de Bolonha de 1999 (Wielewicki e Rubin-Oliveira, 2010), é um destaque nesse contexto, resultado da reunião de 29 ministros da Educação de países europeus, com o objetivo explícito de construir um espaço (território) europeu de ensino superior e conduzir a uma Europa da ciência e do conhecimento, que teve grande influência no tema da internacionalização.

Nesse contexto, a partir de bases hegemônicas do capital, a internacionalização aprofunda contradições e desigualdades de modo a contribuir com a ideia de fronteiras fluídas, a partir dos conceitos de globalização e mundialização econômica e cultural. Ao mesmo tempo fortalece e valoriza territórios hegemônicos a partir de padrões e critérios de mobilidade, acreditação e empregabilidade de jovens europeus (Wielewicki e Rubin-Oliveira, 2010). O Processo de Bolonha, para as reflexões aqui apreendidas, é percebida como um exemplo de internacionalização como instrumento e fortalecimento de territórios hegemônicos em que a Educação Superior é um pilar fundamental.

A partir do início do século XXI o tema da internacionalização da Educação Superior tem maior destaque com os movimentos do capital global, que identificam a educação de maneira geral e a Educação Superior em especial, como um novo nicho de mercado, uma *commodities*. Leite e Genro (2012) afirmam que é no século XXI que começa a discussão da internacionalização das instituições de Educação Superior a partir da acreditação, *ranking* e credenciamentos, juntamente com o controle de qualidade da educação das Instituições para atingirem um caráter internacional. Nesse sentido, para as autoras, surge nesse século uma nova epistemologia para a Educação Superior, e nesse contexto as instituições universitárias ganham caráter universal e global, reestruturando-se pelo e para o mercado e capitalismo acadêmico. Foi nesse período que o conceito de universidades de classe mundial se difundiu como modelo a ser seguido.

Diante do cenário de mudanças, a partir principalmente das mudanças no papel do Estado, a ideia de estado mínimo e as reconfigurações dos Estados nação, tomando grandes dimensões principalmente na América Latina. As ideias de território, conhecimento regional e região também se transformam a partir de movimentos globais com forte influência de organismos internacionais. No que se refere a Educação Superior cabe destacar alguns movimentos de organismos internacionais com força políticas, que nesse período ajudaram a trazer a internacionalização ao centro dos debates. Organismos internacionais e multilaterais passaram a promover encontros e elaborar documentos colocando o tema cada vez mais em evidência. Entre eles o destaque para Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial (BM) e Organização para Economia e Cooperação e Desenvolvimento (OECD).

A UNESCO, entre esses organismos, se destaca pela maior abertura e possibilidade de diálogos plurais, principalmente a partir da proposição e organização das Conferência Mundial de Educação Superior (CMES) e Conferência Regional de Educação Superior (CRES). A análise das Conferências realizada nos estudos de Rubin-Oliveira, Gobatto e Zambiasi (2024), é possível observar que os temas da internacionalização e da regionalização não aparecem com força na primeira CRES de Havana 1996. A Declaração de 1996 apenas sugere a participação em grandes redes acadêmicas, ampliação de intercâmbios com outras instituições e incrementa a abertura e interação com a comunidade acadêmica internacional.

Já o termo regionalização (Rubin-Oliveira, Gobatto e Zambiasi, 2024), foi identificado nos documentos com mais presença se comparada a internacionalização. Existe uma expressão clara à busca pela integração da Educação Superior entre os países da América Latina e Caribe. O Plano de Ação da CRES de 1996 traz o termo “cooperação regional horizontal”. Os autores chamam a atenção de que no documento também é possível identificar a ideia de ser inadiável, a tarefa das Instituições de Educação Superior preservar e fortalecer a identidade cultural regional. Sobretudo, o que se observa na CRES de 1996 é que a temática da internacionalização, mesmo que não se apresente em termos explícitos, já conformaria parte dos sistemas de Educação Superior e das Instituições de Educação Superior. Os resultados da pesquisa, a partir dos Documentos das CMES e CRES, identificam que os dois temas

internacionalização e regionalização, cresceram e aparecem juntos nos documentos ao longo das Conferências Mundial e Regional.

Em Brasília, no ano de 2024 na CRES+5 (CRES, 2024) no eixo 3 da Internacionalização, foi possível perceber um maior destaque ao tema da regionalização. No eixo da internacionalização - presente como eixo desde a CRES em Córdoba, Argentina em 2018 - foi acrescido ao título o termo Integração Regional - Educação Superior, internacionalização e integração regional da América Latina Caribe. Esses são indicativos importantes de como os debates estão ocorrendo, bem como as políticas, principalmente de financiamento, estão sendo gestadas. Na CRES+5, alguns acordos entre ministros de diferentes países foram anunciados visando o incremento financeiro na região que integra a CRES.

A compreensão da região enquanto ferramenta política de inclusão, nos leva à busca da multiplicidade dentro da própria região, no qual os critérios de delimitações político-administrativas são um dado dentro das complexas relações do lugar vivido e não pode ser uma determinação. Nesse sentido, Escobar (2006, p. 641) vai falar da ênfase no conhecimento local e situado, como um movimento crítico de resistência aos impactos da globalização neoliberal, “todo conhecimento constitui uma identidade com uma história que está longe de ser o ‘sujeito universal’ postulado pelos modelos logocêntricos”. Para Escobar (2006, p.658) “o conhecimento produzido no lugar, movimenta-se por meio das redes, podendo ser absorvido e adaptado em e por outros lugares; “constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica”. Ou seja, os métodos únicos, extrativistas, não são capazes de construir internacionalizações e regionalidades nos/para os lugares. Baseado no lugar, o conhecimento volta-se para a “defesa dos mundos socionaturais e culturas locais” (Escobar, 2006, p. 658-659), portanto, contém complexidades que possibilitam articulações entre saber popular e conhecimento científico, “fomentando assim a criação de novas racionalidades e práticas de conhecimentos”.

Nesse caminho, a universidade pode ser entendida, como um território inserido no território (Cichoski e Rubin-Oliveira, 2022) o que pressupõe reconhecer os sujeitos sentipensantes (Fals Borda, 1984), em seus lugares e territórios. Nesse processo a internacionalização da Educação Superior precisa ser capaz de reconhecer sujeitos, saberes, afetos e lugares como territórios de vida em todas as suas dimensões. O que exige sentipensar o território em que se vive, unindo mente e coração – razão e emoção – entendendo, que os sujeitos sentem o que pensam, e pensam o que sentem, territorializando-se cotidianamente, fazendo do território um lugar de vida, de solidariedade, cooperação, respeito e resistência. Assim, a solução de problemas complexos é gestada a partir de múltiplas, distintas e diversas proposições metodológicas de saberes e realidades, não a partir de soluções únicas, unilaterais. As soluções aos problemas complexos se encontram cada vez mais situadas em zonas de fronteiras epistêmicas, conhecimentos capazes de diálogos transversais, como afirma Mignolo (2017, p.16) "o pensamento fronteiriço é a singularidade epistêmica de qualquer projeto decolonial".

A partir dessa perspectiva, do território como lugar de vida, a internacionalização da Educação Superior, necessariamente, precisa transformar realidades individuais e coletivas, com inclusão e solidariedade no território, para assim, poder interferir e transformar realidades mais amplas, a partir da compreensão e valorização de processos locais. Esse movimento pode contribuir para conexões com e a partir da região, enquanto ferramenta política voltada à problemáticas globais próprias de nosso tempo, como: fome, urgências climáticas, guerras, fronteiras, desigualdades, migração, que parecem estar no topo da lista de uma infinidade de outras problemáticas que a internacionalização da Educação Superior pode/deve se ocupar. A internacionalização pode, nesse processo, construir mais do que redes e pontes de trocas científicas, mas avançar e colaborar de forma efetiva no processo de coprodução de saberes, em zonas de fronteira, nas quais, sujeitos e natureza não são objeto de pesquisa, mas sim coprodutores de sentidos e significados, de saberes, ciências, cosmologia e afetos.

Assim, a internacionalização efetivamente pode contribuir no fortalecimento da universidade como um território, em conexão com os lugares de vida e experiências político-ambientais-culturais para além dos muros da universidade e de fronteiras de Estados Nação. A internacionalização pode se transformar em instrumento de coprodução de saberes situados nos territórios, a partir das relações horizontais entre sujeitos/saberes/natureza/cosmologias, e assim contribuir com problemáticas que necessitam de diálogos plurais e não de metodologias extrativistas.

## **DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR À UNIVERSIDADE COMO TERRITÓRIO DE VIDA: UM CAMINHO POSSÍVEL**

A internacionalização da Educação Superior, como abordado neste artigo, ultrapassa a noção restrita de mobilidade acadêmica e os critérios associados aos *rankings* globais. Frequentemente vinculada a esses elementos, a internacionalização tem sido usada para sustentar um paradigma baseado na padronização, na exclusão e na reprodução de desigualdades. Aqui, propõe-se uma reflexão sobre outras dimensões e possibilidades à internacionalização, considerando seus efeitos nos territórios e nas formas de interação entre universidade e grupos sociais muitas vezes marginalizados.

Nesse contexto, reconhecemos que a internacionalização pode ser interpretada de diferentes formas, a partir das redes de conexão que conformam os territórios da universidade e das relações de poder que estruturam as territorialidades dos sujeitos e instituições envolvidos no processo. Propomos, assim, refletir sobre a internacionalização como prática situada, construída a partir de interações, trocas e coproduções que ocorrem no território e que envolvem lugares de vida, territorialidades, culturas, cosmologias e formas diversas de compreender o mundo. Nesse sentido, entendemos a internacionalização como um movimento realizado por sujeitos — acadêmicos, docentes, técnicos e grupos sociais — em contextos específicos, seja por meio da mobilidade acadêmica, seja pela inserção da universidade em redes internacionais vinculadas a territórios de pesquisa ou de pesquisa-ação.

Para aprofundar essa perspectiva, consideramos necessário romper com uma abordagem abstrata e institucionalizada de internacionalização, centrada em debates de escala global, e nos voltarmos para os fazeres concretos que compõem suas expressões em contextos locais. A partir disso, propomos a articulação de conceitos (Figura 1) que se entrelaçam e se manifestam na escala do lugar, emergindo dos territórios por meio das práticas de pesquisa vinculadas à internacionalização. A figura busca representar essas inter-relações no movimento universidade/território, entendendo a internacionalização como um instrumento de trocas, diálogos e coproduções de saberes situados, com potencial para fortalecer a diversidade e a pluralidade de conhecimentos.

**Figura 1- Conceitos que compõem a Internacionalização**

<p><b>Rede – Região- Coprodução- Território- Universidade – Lugar de vida- Fronteira</b> universidade como território de vida - coprodução de saberes invisibilizados</p>
---

Fonte: Elaboração própria (2025)

A reflexão acerca da internacionalização, como possibilidade de construção de conhecimentos em espaços de fronteira envolve entender os territórios e as distintas territorialidades, que permeiam essas regionalizações e, assim compreender e reconhecer a coprodução de conhecimentos como caminho possível. Para tanto, entendemos que nesse debate, o território pode contribuir para coproduções de conhecimentos, por meio do diálogo de saberes, envolvendo sujeitos, naturezas, afetos aos lugares.

Desse modo, o território pode ser entendido enquanto objetivação das relações sociais, envolvendo o poder e a dominação, implicando em territorializações no espaço, por meio das cotidianidades, assentadas na configuração de malhas, nós e redes, que conformam campos de poder, práticas sociais e a constituição do território na dimensão material (Saquet, 2007). Ainda, segundo o autor, o território contém a dimensão imaterial, sendo transescalar. Aspectos contidos na configuração das universidades, entendidas como territórios permeadas por relações de poder.

Nos territórios ocorrem reconstruções contínuas de lugares, conhecimentos, práticas e identidades que configuram as territorialidades, bem como imaterialidades, ligadas à subjetividade e a afetividade, em relações com as dimensões políticas, culturais, econômicas e a natureza (Saquet, 2007). Assim, os sujeitos estão sempre em movimento de produção dos seus territórios de vida, territorializando os espaços, por meio das múltiplas relações sociais e com a natureza.

As territorialidades podem ser entendidas como relacionais e dinâmicas, modificando-se espaço-temporalmente, contendo a realidade vivida, as emoções e sensações e as representações e significados, que conformam a vida dos sujeitos nos lugares e territórios (Saquet, 2007). Nesse sentido, o território é produzido pelos sujeitos, considerando os níveis de pertencimento aos lugares, as relações culturais e as práticas sociais que configuram o movimento de territorialização (Nates Crus, 2009). Esses movimentos são distintos da ideia de desterritorialização da universidade como discutimos na seção anterior.

O território, conforme Nates Crus (2009), contém uma natureza dupla, em que de um lado volta-se para os estudos do social, sendo o território meio de investigação e por outro, uma natureza “cosmogeográfica”, onde “o território torna-se corpo, como objeto mesmo de estudo” (p.27). Nesse sentido, o território existe a partir dos sujeitos – individual ou coletivo - que influenciam no ordenamento territorial. Assim, o uso social do território se materializa nos “domínios culturais”, por meio de laços de parentesco, economia, religião, política, vizinhança e etc.

Para Saquet (2007) e Nates Cruz (2009), as territorialidades são a materialização da identidade social e cultural, voltadas para a reprodução dos lugares de vida, portanto é multidimensional e multiescalar, contendo representações coletivas, subjetivas, simbólicas, sociais, culturais e afetivas. É multiescalar porque se localiza em diferentes escalas – local, regional, nacional e entidades plurinacionais, sendo inerente à vida em sociedade. O que reforça a noção de universidade enquanto um território vivo, dinâmico, em movimento e transescalar, contendo diferentes sujeitos, subjetividades, corpos e percepções de mundo.

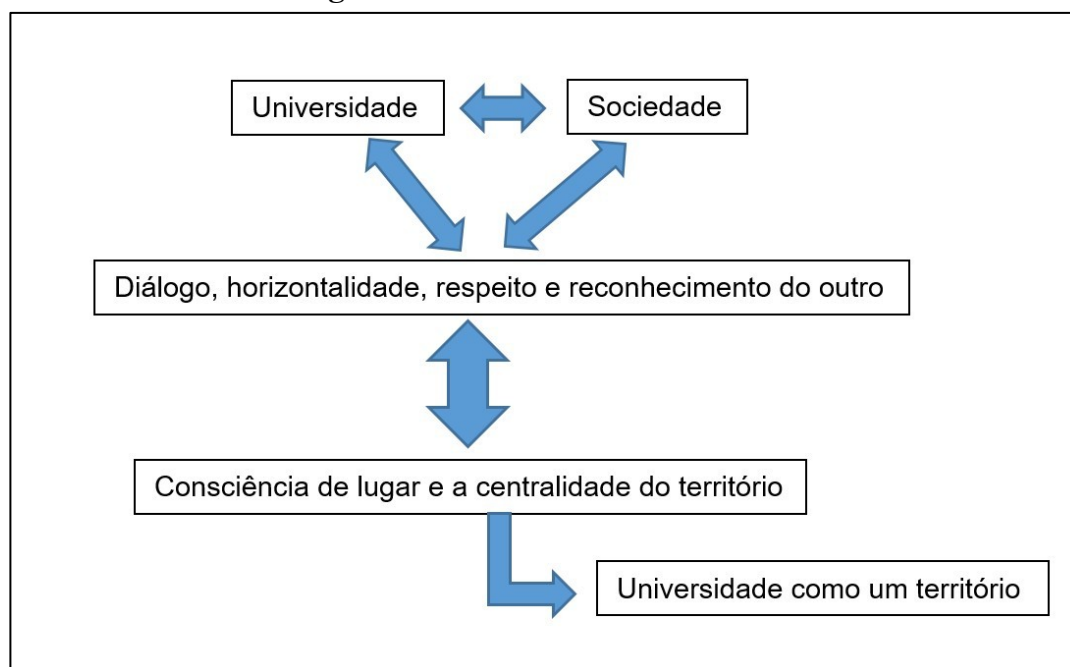
As territorialidades entre muitos aspectos refere-se ao “estabelecimento em diversos âmbitos da vida social e depende de forças orientadas para a demarcação de espaços internos” (Nates Crus, 2009, p.28). Também, questiona as dinâmicas de inclusão e exclusão dos mundos, no contexto da modernidade. Assim, os territórios podem ser entendido como, “lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidades e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para habitar, viver e produzir” (Saquet, 2007, p. 118), estando em constante movimento de produção e reprodução da vida cotidiana.

Nesse sentido, quando refletimos a universidade considerando o território como lugar de vida, entendemos que as possibilidades de coprodução de conhecimentos nas fronteiras - ontológicas e epistemológicas- , perpassam, percebem que “as fronteiras físicas ou administrativas não tem porque coincidir necessariamente com as fronteiras culturais ou de produção socioeconômica” (Nates Crus, 2009, p.28), ou ainda de saberes e conhecimentos que dinamizam e organizam as territorialidades cotidianas dos sujeitos.

A partir dessa compreensão configuram-se processos e dinâmicas sociais singulares de cada território e lugar; segundo Nates Crus (2009, p.29) “são nessas estratégias e processos territoriais que se elaboram os sentimentos básicos de posse e o reconhecimento de pertencimento” acerca de determinado território; e “esse sentimento se constitui tanto a partir da representação física propriamente dita, como uma representação mais intelectual e espiritual”. Assim, as territorialidades podem ser reproduzidas pelos sujeitos – individuais ou coletivas- nos diferentes espaços vividos pelos mesmos.

Nessa mesma linha, para Escobar (2006, p. 654) o território pode ser entendido como “espaço de apropriação efectiva dos ecossistemas pelas comunidades locais”, sem separar-se da cultura, “incorporando o projeto de vida histórico das comunidades”. Essa compreensão contribui para relações entre universidade/território com mais proximidade, valorizando os sujeitos, seus saberes/fazeres, cultura e modos de vida singulares. Nesse sentido, na Figura 2 buscamos fazer uma síntese dessa interrelação universidade/território/saberes.

**Figura 2: Síntese do recorte temático**



Fonte: Cichoski e Rubin-Oliveira (2022).

Nessa direção, a universidade é percebida como um território inserida no território (Cichoski e Rubin-Oliveira, 2022) que envolve o lugar de vida, sendo importante, refletir sobre a importância da autonomia e seus desdobramentos sociais e coletivos, buscando perceber a universidade nas suas relações teórico-prática no e com o lugar. Nesse movimento a internacionalização pode contribuir para coprodução de conhecimentos situados, bem como possibilitar processos de ensino-aprendizagens contextualizadas, voltados para o reconhecimento dos sujeitos e dos lugares. A internacionalização sentipensada, nesse território, será mobilizadora de diferenças e não instrumento que reforça desigualdades entre sujeitos, instituições e territórios.

O conhecimento local e situado, pode contribuir para movimentos críticos e de resistência aos impactos da globalização neoliberal, “todo conhecimento constitui uma identidade com uma história que está longe de ser o “sujeito universal postulado pelos modelos logocêntricos” (Escobar, 2006, p. 641). Esse movimento exige a formulação de estratégias que incluem as universidades com mais proximidade

e ação nos territórios, como formas de legitimar os saberes-fazeres das comunidades e dos sujeitos, realizando movimentos que possam ressignificar as relações sociedade-natureza (Svampa, 2011).

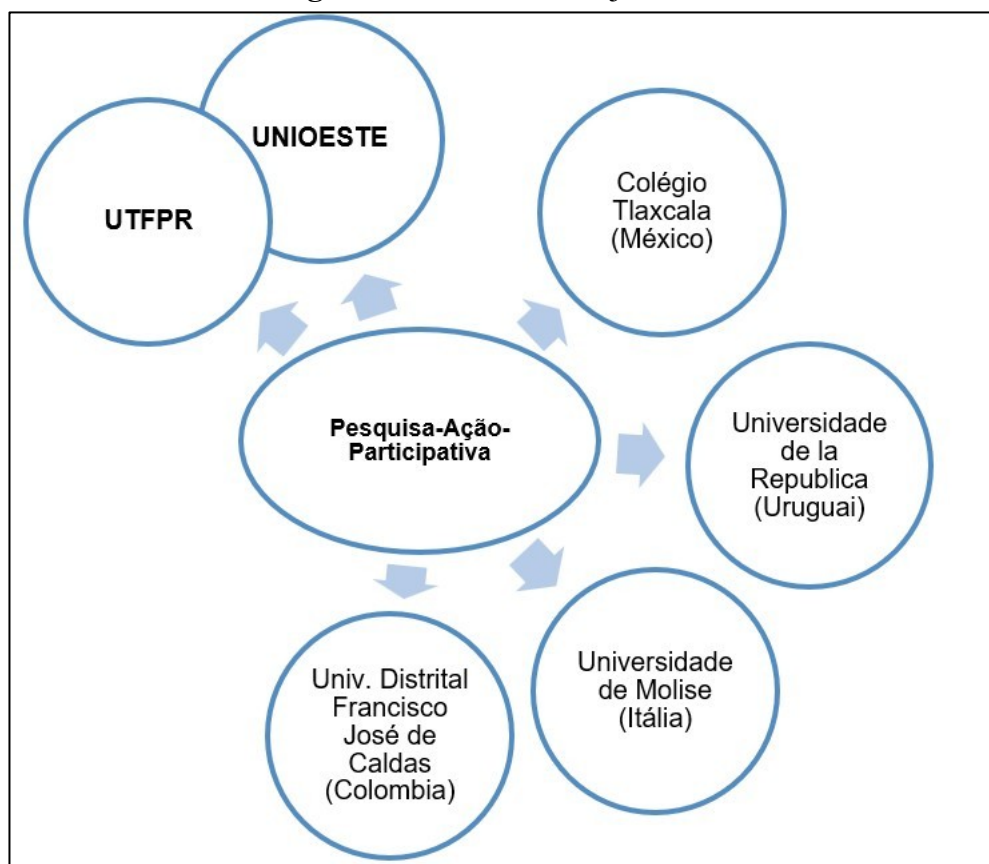
O conhecimento produzido no lugar, que movimenta-se em redes, pode ser absorvido e adaptado em e por outros lugares; “constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica” (Escobar, 2006, p.658). Assim, busca ampliar as relações universidade/território na direção da transformação social, o que inclui pensar possibilidades de coprodução de conhecimentos nos diferentes espaços, podendo ser a internacionalização um dos caminhos de aprendizagens e trocas culturais importantes para o fortalecimento de reflexões acerca de problemas socioambientais que estamos vivendo.

Nesse sentido, cabe destacar uma experiência de internacionalização na dimensão das trocas e diálogos realizados nos processos de pesquisa e/ou pesquisa-ação, que ocorreu a partir de um projeto guarda-chuva: "Regionalização e (des)territorialização: uma análise de experiências de internacionalização da Educação Superior" (Universal/CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021). A experiência foi desenvolvida na pesquisa doutoral “Saberes-Fazeres Socioambientais Fronteiriços: Sentipensando Experiências Territoriais” (autor, ano). Ao longo da pesquisa desenvolvida entre 2021 e 2024 foram realizados o movimento de internacionalização por meio de diferentes diálogos, nos quais foi possível ampliar as dimensões global/local e local/global, considerando os espaços de inserção do debate que realizamos.

No processo, foi possível criar redes de diálogos de saberes entre instituições (acadêmicas e não acadêmicas), em que a universidade foi um território de vida, possível de interação entre diferentes sujeitos, espaços e saberes. Assim, ocorreu coprodução de conhecimentos contextualizados com a realidade local, em que um dos princípios fundamentais foram diálogos horizontais, não hierárquicos, entre o global/local. Na figura 3, apresentamos o movimento de internacionalização construído por meio da pesquisa-ação-participativa, durante a pesquisa de doutorado.

Nesse contexto a figura destaca diferentes interações realizadas com instituições nacionais e internacionais, considerando o processo de construção da tese doutoral, desse modo realizamos estágios de curta duração, palestras e apresentações de trabalhos (presencias e remotas), publicamos capítulos de livros em universidades localizadas em países como Chile e Itália, bem como artigos em revistas na Argentina e no Brasil. Cabe ressaltar, que a participação e publicação em eventos internacionais, também podem ser considerados dentro do movimento de internacionalização, dessa forma, nossa rede de interação passou por países como México, Colômbia, Uruguai, Chile e Argentina. A pesquisa e reflexões provenientes dos debates realizados no lugar e no contexto nacional, foram ampliados com a participação de estudantes e professores provenientes de diferentes países.

O movimento próprio da internacionalização possibilitou diálogos de saberes democráticos, que permitem espaços de coprodução de conhecimentos, em configurações espaço-temporais distintos da mobilidade acadêmica, o que permite o acesso a esse instrumento cada vez mais presente nas políticas das universidades. Conforme destacado na seção anterior, a internacionalização pode ocorrer de maneiras distintas, seja pela mobilidade acadêmica seja pela realização de estágios de curta duração, participação em eventos internacionais, inserção em redes institucionais e publicações internacionais. Nessa experiência, o objetivo estava centrado no movimento de coprodução de conhecimentos, que pudessem contribuir para a transformação social, na direção da configuração de relações horizontais, contextualizadas com os territórios, abrindo espaços de diálogos para saberes e fazeres socioambientais invisibilizados pela ciência moderna.

**Figura 3- Rede de interação**

Fonte: Elaboração própria (2025)

\*Universidade Tecnológica Federal do Paraná

\*\*Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Outrossim, no contexto da internacionalização, podem se configurar redes de conexão que aproximam ou afastam os sujeitos e instituições, no entanto, são fundamentais para a coprodução conhecimentos originados nas fronteiras ontológicas e epistemológicas, possibilitando interações e visibilidades, para saberes e fazeres, sujeitos e sensibilidades de mundo e naturezas. Para Raffestin (1993, p. 156) “uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas”, podendo configurar-se concretamente sendo visíveis ou podem ser invisíveis e abstratas, mas são fundamentalmente formadas a partir da comunicação, podendo sofrer alterações por meio da mudança de escala ou ainda pelo estabelecimento ou não de fronteiras.

Para Cury (2019) as redes ajudam na compreensão das fronteiras, enquanto ‘zonas vivas’ que integram movimentos, conflitos, relações e multiescalaridades, bem como encontros, afastamentos e a existência do ‘outro’, possibilitando espaços para diálogos, o ressoar de outras vozes e aprendizagens pluriversais. Assim, a universidade enquanto território inserida nos territórios de vida, pode contribuir para a coprodução de conhecimentos, por meio da abertura epistêmica e metodológica contribuindo para diálogos de saberes que valorizam os territórios e os modos de vida.

Nessa direção, entendemos que a universidade com território e lugar de vida, compreende a prática histórica, a comunicação entre saber popular e conhecimento científico, ou ainda o “*território de vida* institui-se em uma prática histórica, em uma comunicação intercultural e em um diálogo com a ciência e com outros saberes, em um processo de objetivação da vida” (Leff, 2021, p. 476; grifo do original). Desse modo, ao desenvolvermos pesquisas contextualizadas com e nos territórios de vida, pode-se contribuir para gerar soluções com sujeitos e lugares com quem se trabalha, ao mesmo tempo que a

comunicação desses saberes e conhecimentos, podem gerar novas formas de visibilizar metodologias participativas e avançar em práticas de internacionalização horizontal, promovendo espaços de trocas acadêmicas e grupos populares.

Esse movimento, no entanto vem ao encontro de debates emergentes que envolvem a reprodução de vida, na sua diversidade, dessa forma, baseado no lugar, o conhecimento volta-se para a “defesa dos mundos socionaturais e culturais locais” (Escobar, 2006, p. 658), portanto, com e partir de complexidades que possibilitam articulações entre saber popular e conhecimento científico, “fomentando assim a criação de novas racionalidades e práticas de conhecimentos” (Escobar, 2006, p. 659). Assim, podem contrapor-se as geopolíticas modernas, ligadas a exploração dos territórios e da natureza. Para Svampa (2011) a divisão geopolítica e histórica do trabalho tem contribuído para a divisão desigual dos conflitos ecológicos e territoriais, sobretudo nos países - classificados pela visão moderna - como em desenvolvimento ou do Sul, ampliando internamente as desigualdades entre os setores sociais, caracterizando processos de “expropriação econômica, a destruição de territórios e a depredação ambiental” (p.184), nestes espaços.

O contexto de expansão do capital, tem ampliado a pressão sobre “a apropriação da terra, da água, dos recursos naturais esgotáveis e biodiversidade” (Svampa, 2011, p. 190). Desse modo, as lutas locais, tem fortalecido a importância de novas formas de produção de conhecimentos, contextualizadas aos territórios de vida. O que para Svampa (2001, p.206) inclui “à persistência e/ou atualização de diferentes imaginários nacionais – quando não também regional – sobre o desenvolvimento”, ou ainda sobre as possibilidade de pensar a universidade a partir dos contexto locais, entendendo os territórios de vida, as contribuições oriundas dos processos de trocas culturais e percepções de mundo e naturezas, que se configuram nos movimentos de internacionalização.

Diante de tal perspectiva, a internacionalização da Educação Superior ultrapassa a ideia de homogeneização, de universalização de conceitos e padrões principalmente de avaliação e qualidade, para efetivamente ser um movimento de trocas singulares, horizontais de coprodução, para o enfrentamento dos problemas complexos. A internacionalização passa a ser um instrumento de reconhecimento das diferenças e singularidades como possibilidade de coprodução de conhecimentos para todos/as e não mais para uma minoria que se encontra no interior da universidade com efetiva possibilidade de acessar a internacionalização.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O objetivo deste artigo foi refletir sobre a internacionalização da Educação Superior no contexto da universidade como território de vida e nesse lugar, a internacionalização como possibilidade e instrumento de coprodução de saberes invisibilizados. A perspectiva decolonial embasou as reflexões propostas e assim, compreendemos que a internacionalização da Educação Superior pode ser um instrumento de transformação de realidades individuais com inclusão e solidariedade, para assim, interferir e transformar realidades mais amplas, a partir da compreensão e valorização de processos locais no sentido de região como ferramenta política voltadas à problemáticas globais próprias de nosso tempo. A universidade assumindo seu lugar de território de vida, pode criar novas utopias e futuros possíveis.

Além disso, a internacionalização passa a ser um instrumento de reconhecimento das diferenças e singularidades como possibilidade de coprodução de conhecimento para todos e não para minorias com possibilidades de acessar a internacionalização no interior das universidades. Diante dessa perspectiva identificamos possibilidades concretas de mudança na forma de compreender a universidade

e conseqüentemente a internacionalização, a partir do reconhecimento da interdependência radical e responsabilidade mútua e com a própria vida na 'Terra' como sugere Stein (2019).

Por fim, a partir a internacionalização da Educação Superior pode trazer outros elementos para o debate no seio das universidades a partir do alargamento de epistemes que, ao criticar modelos hegemônicos, inserem possibilidades concretas de diálogo de saberes/fazer e coprodução.

## REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip and DE WIT; Hans. The Challenge to Higher Education Internationalisation. *University World News*, 23th February, 2018. <<https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20180220091648602>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

ALTBACH, Philip & DE WIT, Hans COVID-19: The internationalisation revolution that isn't. *University World News*. 14th March, 2020. <<https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20200312143728370>>. Acesso em 30 de março de 2020.

BRANDENBURG, Uwe & DE WIT, Han. The End of Internationalization. *International Higher Education* 62, p.15–16, 2011. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/281610784\\_The\\_End\\_of\\_Internationalization](https://www.researchgate.net/publication/281610784_The_End_of_Internationalization)>. Acesso em 03/06/2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramón (Eds.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 79-91.

CICHOSKI, Pamela; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. Universidade, território e participação social. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 17, n. 45, p. 24–53, 2022. DOI: 10.14393/RCT174502. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66003>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CICHOSKI, PAMELA. *Saberes-Fazer Socioambientais Fronteiriços: Sentipensando Experiências Territoriais*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Pato Branco: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2025. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/36660>>.

CRES. Conferência Regional de Educação Superior. *Declaração*. CRES+5: compromisso com a democratização e a universalização da educação superior como um motor de desenvolvimento. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://cres2018mas5.org/pt/2024/04/16/cres5-termina-com-planos-tracados-para-proxima-conferencia>>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

CURY, Mauro J. F. As categorias de território, fronteiras, territorialidades e redes intrínsecas na interdisciplinaridade. In: CURY, Mauro J. F (org). *Interdisciplinaridade em territorialidades transfronteiriças*. Curitiba: CRV, 2019, p. 23-34.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro*. Petrópolis: Vozes, 1993.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimentos: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: Sousa Santos, Boaventura (org). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 639 – 665.

FALS BORDA, Orlando. *História Doble de la Costa*. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1984.

FREITAS, Henrique. Pilhagem epistêmica. In: Doris Cristina Vicente da Silva Matos e Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de Sousa (Org.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP : Pontes Editores, 2022.

GROSGOUEL, Ramón. Los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI y las estructuras de conocimiento racistas/sexistas de la modernidad en la universidad occidental. *Revista Izquierdas*, 51, 2022, p.1-20. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8361360>>. Acesso em: 25 de março de 2024.

KNIGHT, Jane. Is Internationalisation of Higher Education Having an Identity Crisis? In: Maldonado Maldonado, A. & Bassett, R. M. (Eds.) *The Forefront of International Higher Education: A Festschrift in Honor of Philip G. Altbach*. Higher Education Dynamics: Springer Science + Business Media, 2014, 75-88. DOI 10.1007/978-94-007-7085-0

LEASK, Betty. & GREEN, Wendy. Is the pandemic a watershed for internationalisation?. *University World News*. May, 02. 2020. <<https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20200501141641136>> Acesso em: 10 abril de 2020.

LEITE, Denise e GENRO, Maria Elly Herz. Quo V adis? A valiação E Internacionalização Da Educação Superior Na América Latina. In: LEITE, Denise et.al. *Políticas de evaluación universitaria em América Latina : perspectivas críticas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Instituto de investigaciones Gino Germani, 2012.

LEFF, Enrique. *Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2021.

MIGNOLO, Walter. *Desafios decoloniais hoje. Epistemologias do sul*, Foz do Iguaçu/PR, N. 1, 2017, p. 12-32. Disponível em: < <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>>. Acesso em: 03/06/2025.

NATES CRUZ, Beatriz. Desterritorialización, centro-periferia, lugar/no-lugar reflexiones desde la antropología del territorio. In: ALMEIDA, Maria G. e NATES CRUZ, B (org). *Território e Cultura: Inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/ FUNAPE; Manizales: Universidade de Caldas, 2009, p. 26-41.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In Lander, Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires: CLACSO. 2005, p. 116-142.

RUBIN-OLIVEIRA, Marlize; GOBATTO, e ZAMBIASI, F. *Conferencias mundiales y regionales de Educación Superior: internacionalización y regionalización. Integración Y Conocimiento*, v. 2, 2024, p. 203-219. Disponível em: < <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/45929>>. Acesso em: 03/06/2025.

RUBIN-OLIVEIRA., WIELEWICKI, Hamilton de. Godoy., & PEZARICO, Giovanna. Internacionalização da Educação Superior: Lugar, Sujeito e Pesquisa como categorias substantivas de análise. *Educação*. UFSM, Santa Maria, 44, 2019. < <https://doi.org/10.5902/1984644433141>>.

RUBIN-OLIVEIRA e COSTA, Maria Luiza. Internacionalização da educação superior at home: conceitos, lugares e sujeitos. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 8, 2022. < <https://doi.org/10.20396/riesup.v8i0.8662773>>.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. SP: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEIN, Sharon. Critical internationalization studies at an impasse: making space for complexity, uncertainty, and complicity in a time of global challenges. *Studies in Higher Education*, 46(2):1-14, December, 2019. <DOI:10.1080/03075079.2019.1704722>.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SVAMPA, Maristella. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Héctor (org). *La Naturaleza colonizada*. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 181- 219.

WIELEWICKI, Hamilton de Godoy. e RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. Internacionalização da educação superior: processo de Bolonha. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 18(67), 2010, 215–234. <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000200003>>.

## **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

Autora 1 – Coordenadora do projeto, participação ativa nas reflexões, escrita e revisão da escrita final.

Autor 2 – Membro do projeto e participação ativa nas reflexões e escrita do texto.

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## **AGRADECIMENTOS**

Este artigo é parte de um projeto financiado pelo Edital CNPq/Universal/2021 o qual agradecemos os recursos, bem como contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir de bolsa de demanda social.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.